

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Prestação de Contas do Exercício de 2021.

Em cumprimento ao que dispõe a Legislação em vigor, em especial o art. 74 da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar 101/2000, e as normas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Órgão de Controle Interno vem apresentar a seguir relatório sobre os principais aspectos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa do Poder Executivo.

O relatório a seguir vem sintetizar os diversos levantamentos e verificações realizadas durante o exercício de 2021, sendo que este deverá compor a prestação de contas anual, e também ficar à disposição da população e dos órgãos de fiscalização, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprimento do princípio constitucional da Transparência na Administração Pública.

Da Metodologia

O Órgão de Controle Interno desta Prefeitura utilizou no desenvolvimento de suas atividades, a legislação federal, estadual e municipal, que ditam as normas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial na administração pública e ainda as instruções e pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O relatório apresentado, em cumprimento ao disposto no Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, contém como metas principais a avaliação quanto aos seguintes aspectos:

- 1) cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;*
- 2) resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;*
- 3) observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;*
- 4) aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;*
- 5) destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*

6) observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;

7) aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;

8) medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;

9) termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento; e

10) cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

11) Informações sobre a adesão às disposições da Lei 23.422/19.

No caso de o município possuir regime próprio de previdência social (RPPS), o relatório conterá, além dos itens retro especificados:

12) montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias;

13) detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS;

14) procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas; e

15) informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos";

Na realização dos trabalhos, o Órgão de Controle Interno desta Prefeitura acompanhou constantemente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, tendo disciplinado algumas rotinas mediante a edição de Instruções Normativas, além de ter emitido opiniões e exarado pareceres sobre diversos acontecimentos rotineiros.

As informações constantes do Relatório apresentado a seguir tomaram por base os diversos documentos colocados à sua disposição para análise, como a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2021, os balancetes mensais e notas de empenho acompanhados dos comprovantes de despesas. Enfim, toda a

documentação que faz parte da execução orçamentária, financeira e patrimonial que se encontram no arquivo da prefeitura municipal.

1 - Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

1.1 - Metas Previstas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A seguir são demonstradas as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, comparadas com as metas realizadas no exercício:

RECEITA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	31.883.193,00	39.035.975,49	-7.152.782,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.101.250,00	3.215.524,74	-114.274,74
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-0,00	-0,00	0,00
Aplicação Financeira (-)	59.925,00	219.359,59	-159.434,59
Receita de Operações de Crédito (-)	1.650.000,00	1.136.808,35	513.191,65
Receita de Alienação de Bens (-)	-0,00	1.333,32	-1.333,32
Receitas Redutoras (-)	3.500.714,73	4.407.012,36	-906.297,63
Total	29.773.803,27	36.486.986,61	-6.713.183,34

DESPESA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	26.447.166,11	29.148.271,08	-2.701.104,97
DESPESAS DE CAPITAL	4.986.562,16	3.911.461,28	1.075.100,88
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-0,00	-0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-0,00	50.000,00
Juros e Encargos da Dívida (-)	60.000,00	74.657,67	-14.657,67
Amortização da Dívida (-)	340.000,00	467.918,66	-127.918,66
Total	31.083.728,27	32.517.156,03	-1.433.427,76

RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Primário	-1.309.925,00	3.969.830,58	-5.279.755,58

RESULTADO NOMINAL

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Nominal	0,00	-7.021.795,38	7.021.795,38

1.2 – Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual

Na execução orçamentária, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2018/2021, sendo apurado a seguinte aplicação:

COD	PROGRAMA/AÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES
0002	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	58.172,49
0009	DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E LAZER	26.830,00	61.001,42
0026	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAL DO ENSINO	0,00	0,00
0043	OPERACIONALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	240.928,22	3.187.328,53
0045	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	396.457,00
0046	ENCARGOS DAS AÇÕES JUDICIAIS	0,00	159.093,98
0048	SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO RECEITAS	6.722,00	215.144,46
0054	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	12.287,00	1.091.291,24
0057	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	0,00	37.400,00
0064	EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	0,00	181.573,44
0065	EXECUÇÃO FINANCEIRA	467.918,66	0,00
0066	EXECUÇÃO PATRIMONIAL	0,00	22.011,54
0075	AUXÍLIO A ASILOS	0,00	40.000,00
0083	PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SERVIDORES	0,00	3.046.692,08
0084	PREVIDÊNCIA SOC. INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	299.829,19
0094	MERENDA ESCOLAR	0,00	210.177,19
0099	PRÉ ESCOLAR	2.744,64	1.089.837,26
0110	ELETRIFICAÇÃO URBANA	654,00	12.666,00
0113	CEMITÉRIOS E VELÓRIOS	0,00	0,00
0115	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	6.037,96	198.967,43
0121	LIMPEZA PÚBLICA	8.792,64	664.352,09
0124	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	0,00	0,00
0131	SINAIS DE TELEVISÃO	1.701,00	20.334,99
0132	ESTRADAS VICINAIS	560.551,80	1.276.031,34
0136	PARCELAMENTO DA DÍVIDA	0,00	74.657,67
0184	FOMENTO À ATIVIDADE INDUSTRIAL	0,00	0,00
0224	DESPORTO AMADOR	0,00	15.318,72
0239	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	561.320,39
0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	0,00	157.996,22
0811	ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITARIA	0,00	27.645,12
1110	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	721.367,90
1202	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO BÁSICA	430.709,44	3.548.548,89
1205	UNIVERSALIZAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	440.216,29
1206	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00
1207	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00
1208	ATENDIMENTO AO ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00
1301	PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	0,00	122.125,89
1302	ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	0,00	0,00
1303	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL	0,00	42.371,98
1504	PARQUES E JARDINS	0,00	68.318,48
1701	SISTEMAS DE ÁGUA	27.858,00	132.316,15
2003	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	0,00	161.139,56
2601	VIAS PÚBLICAS URBANAS	1.869.288,72	162.943,07
2607	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
2614	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	138.003,83
2616	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.480,00	721.980,78
2617	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5.033,16	140.222,60

2618	GESTÃO DO SUS	0,00	407.115,81
2619	INVESTIMENTOS REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	216.249,04	0,00
2620	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	4.998.920,92
2621	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	615.001,85
2622	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	535.180,32
2623	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	2.252.249,55
2625	GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS	0,00	0,00
2629	OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	1.780,00	118.500,98
2631	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	271,46
2632	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00
2633	CONSELHO MUN. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	0,00
2634	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID 19	22.895,00	716.174,98
2635	INVESTIMENTO INFRA ESTRUTURA URBANA	0,00	0,00
2636	FOMENTO AO COMÉRCIO LOCAL	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00
	TOTAL	3.911.461,28	29.148.271,08

2 - Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

2.1 – Gestão Orçamentária

A execução do orçamento do Município de Buenópolis no exercício de 2021 obedeceu ao seguinte:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	31.883.193,00	39.035.975,49	-7.152.782,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.043.954,32	2.754.051,57	289.902,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	736.068,12	794.377,27	-58.309,15
RECEITA PATRIMONIAL	64.175,00	219.359,59	-155.184,59
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.000,00	48.466,22	-42.466,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.021.922,99	35.210.538,48	-7.188.615,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.072,57	9.182,36	1.890,21
RECEITAS DE CAPITAL	3.101.250,00	3.215.524,74	-114.274,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.650.000,00	1.136.808,35	513.191,65
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	1.333,32	-1.333,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.451.250,00	2.077.383,07	-626.133,07
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.500.714,73	-4.407.012,36	906.297,63
RESTITUIÇÕES DA RECEITA	0,00	-243,24	243,24
DEDUÇÕES FUNDEB	-3.500.714,73	-4.406.769,12	906.054,39
Soma	31.483.728,27	37.844.487,87	-6.360.759,60
Déficit	5.114.530,78	0,00	5.114.530,78
Total	36.598.259,05	37.844.487,87	-1.246.228,82

DESPESAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
Créditos Orçamentários e Suplementares	36.347.432,26	33.059.732,36	3.287.699,90
Créditos Especiais	250.826,79	0,00	250.826,79
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	36.598.259,05	33.059.732,36	3.538.526,69
Superávit	0,00	4.784.755,51	-4.784.755,51
Total	36.598.259,05	37.844.487,87	-1.246.228,82

Na lei orçamentária nº 1.526/2020 para o exercício de 2021 foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30%, no valor de R\$ 9.445.118,48, não suficientes foram utilizados o excesso de arrecadação efetivamente realizado, bem como o superávit financeiro verificado no exercício anterior, ainda foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares especiais através da Lei 1.542/2021, no valor de R\$ 501.653,58, sendo que na execução orçamentária foram suplementadas dotações no valor de R\$ 11.182.155,03, perfazendo o percentual de 35,52% da receita Orçamentária prevista, estando dentro do limite autorizado pelo Poder Legislativo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A demonstração do resultado orçamentário é obtida pela divisão do valor da receita arrecadada pela despesa realizada. Efetuada a divisão, encontramos o resultado 1,14, o que indica que houve um superávit orçamentário.

2.2 – Gestão Financeira

A execução financeira do Município no exercício de 2021, obedeceu ao seguinte:

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Receita Orçamentária	5.025.240,11	37.844.487,87
Transferências Financeiras Recebidas	185.505,52	1.522.222,09
Recebimentos Extraorçamentários	1.737.773,09	3.878.009,19
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	9.722.573,55	4.070.298,43
Total	16.671.092,27	47.315.017,58

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Despesa Orçamentária	6.966.227,88	33.059.732,36
Transferências Financeiras Concedidas	178.745,56	1.522.222,09
Pagamentos Extraorçamentários	438.078,73	3.651.782,99
Saldo em Espécie para o Exercício seguinte	9.081.280,14	9.081.280,14
Total	16.664.332,31	47.315.017,58

Os balancetes mensais de receita e despesa conferem com o Balanço Financeiro, conforme demonstrado a seguir:

Mês	Saldo Anterior	Receita Orçamentária	Receita Extra	Despesa Orçamentária	Despesa Extra	Saldo Apurado
JANEIRO	4.070.298,43	2.665.206,99	290.952,74	1.337.368,48	593.472,11	5.095.617,57
FEVEREIRO	5.095.617,57	2.863.739,47	303.842,18	1.904.233,24	648.208,34	5.710.757,64
MARÇO	5.710.757,64	2.707.968,00	328.858,88	2.391.061,82	448.604,66	5.907.918,04
ABRIL	5.907.918,04	2.675.677,14	329.367,02	2.498.477,41	351.320,40	6.063.164,39
MAIO	6.063.164,39	2.998.512,08	317.270,65	2.318.835,63	300.540,39	6.759.571,10
JUNHO	6.759.571,10	3.179.729,32	345.795,31	2.930.261,76	458.122,35	6.896.711,62
JULHO	6.896.711,62	3.428.121,23	315.707,29	2.432.821,15	347.292,09	7.860.426,90
AGOSTO	7.860.426,90	3.442.108,18	324.398,85	2.543.283,31	396.175,20	8.687.475,42
SETEMBRO	8.687.475,42	3.071.986,98	309.608,98	2.476.507,58	310.345,27	9.282.218,53
OUTUBRO	9.282.218,53	2.674.779,40	313.691,63	2.375.859,96	463.892,05	9.430.937,55
NOVEMBRO	9.430.937,55	3.111.418,97	304.219,10	2.884.794,14	239.207,93	9.722.573,55
DEZEMBRO	9.722.573,55	5.025.240,11	1.916.518,65	6.966.227,88	616.824,29	9.081.280,14
Total		37.844.487,87	5.400.231,28	33.059.732,36	5.174.005,08	

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS EXERCÍCIOS – 2019, 2020, 2021

Receitas	2019		2020			2021		
	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CONTAS								
CORRENTE	30.251.271,04	111,86	33.348.366,91	10,24	106,27	39.035.975,49	17,06	103,15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.289.731,15	8,47	2.891.862,90	26,30	9,22	2.754.051,57	-4,77	7,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	666.259,69	2,46	713.101,36	7,03	2,27	794.377,27	11,40	2,10
RECEITA PATRIMONIAL	69.295,55	0,26	19.480,65	-71,89	0,06	219.359,59	1.026,04	0,58
RECEITAS DE SERVIÇOS	26.342,14	0,10	5.142,60	-80,48	0,02	48.466,22	842,45	0,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.146.856,79	100,38	29.663.645,65	9,27	94,53	35.210.538,48	18,70	93,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.785,72	0,20	55.133,75	4,45	0,18	9.182,36	-83,35	0,02
CAPITAL	336.131,24	1,24	1.295.351,21	285,37	4,13	3.215.524,74	148,24	8,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	56.131,24	0,21	548.736,93	877,60	1,75	1.136.808,35	107,17	3,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.333,32	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.000,00	1,04	746.614,28	166,65	2,38	2.077.383,07	178,24	5,49
RESTITUIÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-243,24	100,00	-0,00
DEDUÇÕES FUNDEB	-3.544.333,45	-13,11	-3.264.165,08	-7,90	-10,40	-4.406.769,12	35,00	-11,64

TOTAL	27.043.068,83	100,00	31.379.553,04	16,04	100,00	37.844.487,87	20,60	100,00
--------------	----------------------	---------------	----------------------	--------------	---------------	----------------------	--------------	---------------

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA POR NATUREZA NOS EXERCÍCIOS DE 2019/2020/2021

Despesas	2019		2020			2021		
	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CONTAS								
CORRENTE	24.872.436,21	94,16	26.017.457,95	4,60	85,53	29.148.271,08	12,03	88,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.377.840,04	54,43	15.224.788,04	5,89	50,05	17.361.937,91	14,04	52,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	51.544,10	0,20	41.645,86	-19,20	0,14	74.657,67	79,27	0,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.443.052,07	39,54	10.751.024,05	2,95	35,34	11.711.675,50	8,94	35,43
CAPITAL	1.541.636,81	5,84	4.400.668,73	185,45	14,47	3.911.461,28	-11,12	11,83
INVESTIMENTOS	1.295.976,15	4,91	4.059.763,57	213,26	13,35	3.443.542,62	-15,18	10,42
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	245.660,66	0,93	340.905,16	38,77	1,12	467.918,66	37,26	1,42
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.414.073,02	100,00	30.418.126,68	15,16	100,00	33.059.732,36	8,68	100,00

2.3 – Gestão Patrimonial

ANÁLISES HORIZONTAL E VERTICAL

DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS 2020 E 2021

Discriminação	Balanco2020	A V	Balanco2021	A.H	A.V
ATIVO	46.457.379,45	100,00	43.412.966,68	-6,55	100,00
Ativo Circulante	17.482.691,61	37,63	9.516.184,09	-45,57	21,92
Ativo não Circulante	28.974.687,84	62,37	33.896.782,59	16,99	78,08
PASSIVO	2.323.409,93	100,00	4.374.860,21	88,29	100,00
Passivo Circulante	807.185,66	34,74	1.987.836,42	146,27	45,44
Passivo não Circulante	1.516.224,27	65,26	2.387.023,79	57,43	54,56
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.133.969,52	100,00	39.038.106,47	-11,55	100,00

3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

3.1 – Análise dos Limites Para Inscrição de Despesas em Restos a Pagar

A seguir são analisadas as disponibilidades financeiras, e também se houve a observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício”.

O dispositivo legal preocupou-se diretamente com as despesas geradas nos últimos oito meses de mandato. Porém, todas as despesas compromissadas até o final do exercício, incluindo os Restos a Pagar de exercícios anteriores, além dos saldos de depósitos e outras operações constantes do passivo financeiro do ente, devem ser computadas no cálculo da disponibilidade de caixa de que trata o parágrafo único deste artigo.

3.1.1 – Demonstrativo das disponibilidades financeiras e dos valores inscritos em restos a pagar.

CÂMARA MUNICIPAL

Fonte	Caixa Banco	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	RP Exercício Anterior	Empenhos a Pagar	Saldo
100	3.607,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.607,84
Total	3.607,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.607,84

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

Fonte	Processados	Não Processados	Total	Inscritos Sem Disponibilidade
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL

Fonte	Caixa Banco	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	RP Exercício Anterior	Empenhos a Pagar	Saldo
100	3.226.370,32	-3.148,69	-18.877,92	671.204,25	352.357,94	2.187.078,90
101	3.444,50	5,30	24,31	1.037,96	37.646,10	-35.220,55

102	11.184,02	4.149,59	-873,93	85.730,57	139.208,57	-218.778,64
106	407.576,58	0,00	0,00	0,00	0,00	407.576,58
108	15.969,87	0,00	0,00	0,00	0,00	15.969,87
116	86,92	0,00	0,00	0,00	0,00	86,92
117	502.836,49	0,00	0,00	60.279,68	88.652,29	353.804,52
118	276.530,49	51,27	7.312,59	0,00	0,00	283.791,81
119	0,00	-51,27	-6.569,06	0,00	0,00	-6.517,79
123	84.172,40	0,00	0,00	0,00	0,00	84.172,40
124	982.351,60	0,00	0,00	273.989,97	286.500,00	421.861,63
129	163.656,55	-307,47	0,00	0,00	0,00	163.964,02
142	0,00	0,00	0,00	290.392,03	0,00	-290.392,03
143	1.147,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147,55
144	19.750,47	0,00	0,00	0,00	0,00	19.750,47
145	69.817,56	0,00	0,00	0,00	0,00	69.817,56
146	52.874,59	0,00	0,00	170.746,67	0,00	-117.872,08
147	283.155,28	0,00	0,00	2.011,46	0,00	281.143,82
153	35.845,44	0,00	0,00	0,00	0,00	35.845,44
154	0,00	-406,74	-211,50	1.337,61	136,01	-1.278,38
155	2.182.950,81	0,00	0,00	7.791,04	140.736,92	2.034.422,85
156	61.124,97	0,00	0,00	6.127,17	3.152,00	51.845,80
157	1.939,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939,41
159	78.415,07	410,16	538,30	21.455,83	5.694,95	51.392,43
160	0,00	0,00	-382,30	576.873,73	0,00	-577.256,03
161	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
162	523,69	0,00	0,00	0,00	0,00	523,69
164	209.607,07	0,00	0,00	0,00	0,00	209.607,07
168	406.315,67	0,00	0,00	0,00	0,00	406.315,67
190	0,00	0,00	0,00	28.693,36	385.426,32	-414.119,68
192	24,96	0,00	0,00	0,00	0,00	24,96
Total	9.077.672,30	702,15	-19.039,51	2.197.671,33	1.439.511,10	5.420.748,21

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

Fonte	Processados	Não Processados	Total	Inscritos Sem Disponibilidade
100	31.768,28	320.589,86	352.357,94	0,00
101	8.488,00	29.158,10	37.646,10	35.220,55
102	64.960,72	74.247,85	139.208,57	139.208,57
117	88.409,42	242,87	88.652,29	0,00
124	0,00	286.500,00	286.500,00	0,00
154	136,01	0,00	136,01	136,01
155	16.848,89	123.888,03	140.736,92	0,00
156	0,00	3.152,00	3.152,00	0,00
159	0,00	5.694,95	5.694,95	0,00
190	309.187,46	76.238,86	385.426,32	385.426,32
TOTAL:	619.798,78	919.712,32	1.439.511,10	559.991,45

3.2 – Das despesas com Pessoal do Município

A seguir é demonstrado o valor gasto com o pagamento de pessoal do Município de Buenópolis em atendimento a Lei Complementar 101/2000.

A - Despesa Com Pessoal do Executivo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31717000 - Rateio Particip. em Consórcio Pub.	176.797,19	
31900100 - Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	185.429,19	

31900300 - Pensões do RPPS e do Militar	114.400,00	
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	1.862.801,08	
31901100 - Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	10.508.995,46	
31901300 - Obrigações Patronais	2.938.302,88	
31901600 - Outras Desp. Var. - Pes. Civil	259.907,90	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	211.634,45	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	211.634,45	
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	
Subtotal	16.258.268,15	
Total Exclusões	211.634,45	
TOTAL DA DESPESA(A)	16.046.633,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	34.423.063,13	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	46,62
Permitido Pela Lei 101/00	18.588.454,09	54,00

B - Despesa Com Pessoal do Legislativo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	0,00	
31901100 - Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	917.304,52	
31901300 - Obrigações Patronais	186.365,24	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	0,00	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	
Subtotal	1.103.669,76	
Total Exclusões	0,00	
TOTAL DA DESPESA(A)	1.103.669,76	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	34.423.063,13	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	3,21
Permitido Pela Lei 101/00	2.065.383,79	6,00

C - Despesa Total Com Pessoal do Município

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	1.862.801,08	
31901100 - Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	11.426.299,98	
31901300 - Obrigações Patronais	3.124.668,12	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	211.634,45	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	

(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	211.634,45	
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	
31717000 - Rateio Particip. em Consórcio Pub.	176.797,19	
31900100 - Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	185.429,19	
31900300 - Pensões do RPPS e do Militar	114.400,00	
31901600 - Outras Desp. Var. - Pes. Civil	259.907,90	
Subtotal	17.361.937,91	
Total Exclusões	211.634,45	
TOTAL DA DESPESA(A)	17.150.303,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	34.423.063,13	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	49,82
Permitido Pela Lei 101/00	20.653.837,88	60,00

4 - Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;

4.1 – Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

No acompanhamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, chegando à seguinte demonstração:

Recursos da Educação	VALOR	%
IMPOSTOS	2.690.690,19	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.281.485,86	
RESTITUIÇÕES DA RECEITA	-243,24	
Total	25.971.932,81	
APLICAÇÃO NO ENSINO (25%)	6.752.017,18	26,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	488.125,21	
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	211.614,83	
ENSINO FUNDAMENTAL	1.344.938,40	
EDUCAÇÃO INFANTIL	298.133,47	
Valor Pago (A)	2.342.811,91	
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	4.406.769,12	
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	37.646,10	
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	6.787.227,13	
Disponibilidade de caixa (D)	3.444,50	
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	1.008,35	

Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	2.436,15	
Despesas sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	35.209,95	
RP de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00	
Total Aplicado (I = C - G + H)	6.752.017,18	26,00

4.2 – Recursos do FUNDEB

A seguir são demonstrados os valores recebidos e gastos à conta do FUNDEB, durante o exercício de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Valores Recebidos à conta do FUNDEB, inclusive Aplicação Financeira	5.432.482,86
Valor Mínimo para Gasto com Profissional do Magistério 70%	3.802.738,00
Valor Efetivamente Aplicado com o Pagamento de Pessoal Magistério	4.311.198,14
Percentual Aplicado com o Pagamento Pessoal Magistério	79,36

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Recursos Não Aplicados no Exercício Anterior	34.127,37
Receitas do FUNDEB em 2021, inclusive Aplicação Financeira	5.398.355,49
Valor a Aplicar com Recursos do FUNDEB	5.432.482,86
Despesas Pagas à conta do FUNDEB	5.169.765,43
Saldo da Conta FUNDEB p/ Aplicação em 2022	262.717,43
Percentual Residual (Máximo 10%, § 3º, art. 25 da Lei 14.113/2020)	4,84%

4.3 – Gastos com as ações de saúde

No acompanhamento dos gastos com as ações de saúde, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, apurando a seguinte situação:

Recursos da Saúde	VALOR	%
IMPOSTOS	2.690.690,19	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.033.854,54	
RESTITUIÇÕES DA RECEITA	-243,24	
Total	24.724.301,49	
APLICAÇÃO NA SAÚDE (15%)	6.217.333,05	25,15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	368.139,13	

PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	606.275,57	
ATENÇÃO BÁSICA	2.509.966,29	
ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.179.387,91	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	148.591,93	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	75.675,14	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	252.182,55	
Valor Pago (A)	6.140.218,52	
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	139.208,57	
Subtotal (C = A + B)	6.279.427,09	
Disponibilidade de caixa (D)	11.184,02	
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	82.454,91	
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	-71.270,89	
Despesas sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	139.208,57	
RP de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	77.114,53	
Total Aplicado (I = C - G + H)	6.217.333,05	25,15

Não houve valor residual do exercício de 2020 de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 para aplicação no exercício de 2021.

5 - Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

A seguir são demonstradas as aplicações de receitas auferidas com a alienação de ativos do Município:

RECEITA ARRECADADA

Discriminação	Valor
Saldo Exercício Anterior	1.333,32
Rendimentos Aplicação Financeira	24,96
Total	1.358,28

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Quantidade	Discriminação	Valor
	Saldo Disponível para Aplicação Próximo Exercício	1.358,28

6 - Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

Analisando o valor dos repasses efetuados ao Poder Legislativo no exercício de 2021, chegou-se a seguinte conclusão:

Cálculo do Limite Legal

Discriminação da Receita Base de Cálculo	Valor em 2020
Receita tributária(a)	2.893.591,91
Transferência Constitucional(b)	17.344.584,46
Outras Receitas(c)	0,00
Total(e=a+b+c)	20.238.176,37
Percentual Conferido à população(f)	7,00
Limite(g=e*f/100)	1.416.672,35
Duodécimo Mensal(h=g/12)	122.134,23

Demonstração do Repasse Efetivamente Realizado

Mês	Valor Repasse	Devolução	Repasse Efetivo
Janeiro	122.134,23	0,00	122.134,23
Fevereiro	122.134,23	0,00	122.134,23
Março	122.134,23	0,00	122.134,23
Abril	122.134,23	0,00	122.134,23
Mai	122.134,23	0,00	122.134,23
Junho	122.134,23	0,00	122.134,23
Julho	122.134,23	0,00	122.134,23
Agosto	122.134,23	0,00	122.134,23
Setembro	122.134,23	0,00	122.134,23
Outubro	122.134,23	0,00	122.134,23
Novembro	122.134,23	0,00	122.134,23
Dezembro	55.745,56	123.000,00	-67.254,44
Total	1.399.222,09	123.000,00	1.276.222,09

Diante do demonstrado acima, pode-se verificar que os repasses ao Poder Legislativo durante o exercício de 2021 obedeceram aos limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

7 - Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

As transferências de recursos públicos para as entidades de direito privado aconteceram mediante autorização em leis específicas além de atender aos critérios definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As entidades também fizeram as devidas prestações de contas, demonstrando a regular aplicação dos recursos públicos recebidos.

8 - Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado;

O Órgão Central de Controle Interno informa que foram editadas Instruções Normativas para que o setor de Patrimônio da Prefeitura melhorasse os controles dos bens patrimoniais, inclusive com a edição de termos de responsabilidade sobre esses mesmos bens assinados pelos responsáveis pela sua utilização.

Também informa que no exercício de 2021 não foi registrado a ocorrência de qualquer ato ilícito que viesse a prejudicar o patrimônio público municipal.

9 – Termos de parcerias firmadas e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento.

O Órgão Central de controle Interno informa que o município não firmou nenhum termo de parceria público privada no exercício de 2021

O município participa dos consórcios públicos CISMEV-CONS.I.S.M.RIO DAS VELHAS, inscrito no CNPJ (00.995.538/0001-83), CONS. PUB. P/ A GESTÃO INTEG. DE CASA DE ACOLHIMENTO INTEG. inscrito no CNPJ (29.549.541/0001-55), CONSÓRCIO CIMEV, inscrito no CNPJ (21.314.353/0001-36), CONSÓRCIO DE SANEAMENTO BÁSICO CENTRAL DE MINAS - CORESAB, inscrito no CNPJ (15.508.976/0001-47), CIMAMS - CONS. INTERMUNICIPAL MULTIF. DA ÁREA MINEIRA SUDENE, inscrito no CNPJ (21.505.692/0001-08), CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS CODANORTE, inscrito no CNPJ (19.193.527/0001-08) e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE, inscrito no CNPJ (97.550.393/0001-49).

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Total da Despesa	Total Transferido Consórcio	% Aplicação
33.059.732,36	265.225,36	0,80%

10 - Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

O município cumpriu com o prazo de envio de todos os módulos de envio de dados ao SICOM conforme previsto nas Instruções Normativas específicas.

No entanto, o município encontrou dificuldades por causa da pandemia do Coronavírus, a Prefeitura Municipal enviou os dados satisfatoriamente como pode ser analisado. Todas as remessas continham todos os dados relativos à execução orçamentária e financeira.

11) Informações sobre a adesão às disposições da Lei 23.422/19.

		SIM/NÃO
1.11.1	Houve adesão do município às disposições da Lei 23.422/2019?	NÃO
	Se SIM, indicar a opção feita pelo município:	
	Art. 1º - Cessão de créditos:	
	Art. 6º - Operação de crédito:	
	Nº da Lei Municipal que autorizou a cessão:	

No caso de opção pelo art. 1º, indicar:				
Natureza do crédito	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
Contas bancárias e instituições financeiras em que ocorreram o crédito da receita				
Valor do repasse em atraso negociado (a)				
Valor das despesas cobradas pela instituição Financeira (b)				
Valor líquido recebido pelo município (a - b)				
Parcela do recurso recebido vinculado à educação				
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à educação				
Parcela do recurso recebido vinculado à saúde				
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à saúde				

	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
	Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				

No caso de opção pelo art. 6º, indicar:					
	Natureza da garantia	ICMS	IPVA	Funde b	Outros (especificar)
1.11.3	Valor da garantia por natureza				
	Valor da operação de crédito				
	Valor dos juros				
	Taxa de juros efetiva da transação				
	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
	Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				

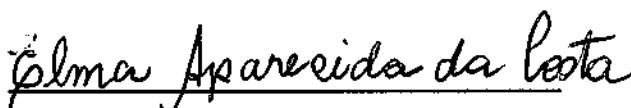
PARECER CONCLUSIVO

Diante das informações demonstradas acima, o Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Buenópolis, emite seu parecer final pela aprovação das contas, porque entende que os trabalhos desenvolvidos obedeceram à legislação aplicada à matéria e ainda as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Também este órgão afirma que as informações aqui demonstradas são fidedignas e representam a real situação da execução orçamentária, financeira e patrimonial do município de Buenópolis no exercício de 2021.

É o que tinha a relatar. S.m.j.

Prefeitura Municipal de Buenópolis, 31 de dezembro de 2021.



Órgão de Controle Interno

ELMA APARECIDA DA COSTA

CPF 059.305.236-65